

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, POR INTERMÉDIO DO INEP, AO BUREAU INTERNATIONAL D'ÉDUCATION*

I. ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

- a) *Modificações efetuadas, durante o ano, no setor da administração escolar (criação, supressão ou reorganização de serviços administrativos, alterações de ordem qualitativa ou quantitativa introduzidas no setor da inspeção dos diferentes graus do ensino, etc.)*

Esclarecimento inicial — O Brasil é uma república federativa constituída de vinte Estados, cinco Territórios e um Distrito Federal. Segundo a Constituição Brasileira, os Estados e o Distrito Federal contam com sistemas educacionais independentes; essas Unidades da Federação cuidam, precipuamente, do ensino primário e normal, e mantêm órgãos administrativos e técnicos próprios. Também, em cada Estado, os Municípios gozam de autonomia na manutenção e administração de seus sistemas escolares. O Governo da União tem ação supletiva, em matéria de ensino, a qual se estende a todo o País nos limites das deficiências locais, e está presente notadamente na concessão de auxílios financeiros, criação de estabelecimentos de ensino superior e técnico, manutenção de colégios militares e escolas agrônômicas e fiscalização da legislação dos ensinos de grau médio e superior, mantidos por particulares.

A ação do Governo Federal é exercida por órgãos técnicos e administrativos do Ministério da Educação e Cultura.

1. *Centros de pesquisas educacionais* — Visando a dotar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I.N.E.P.) de meios adequados à pesquisa educacional em toda a extensão do território brasileiro, para melhor cumprimento de seus

* *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* tem oportunidade de transcrever o relatório, em forma de inquérito, que o Bureau International de Education solicitou, aos Ministérios de Instrução Pública, para o exercício 1956-1957. O inquérito enviado ao Ministério da Educação foi respondido pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e é apresentado com as perguntas e respectivas respostas.

objetivos fundamentais de estudos e pesquisas, e em virtude de estar incumbido do aperfeiçoamento do magistério primário e normal, foram instituídos, pelo Ministério da Educação e Cultura, em dezembro de 1955, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, com sede no Rio de Janeiro, e 5 Centros Regionais de Pesquisas Educacionais sediados nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Tais Centros têm por objetivos:

- i) pesquisa das condições culturais escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;
- ii) elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país — em cada região — nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;
- iii) elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;
- iv) treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escolas normais e primárias.

O Centro Brasileiro e os Centros Regionais são partes integrantes do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, tendo autonomia técnica, administrativa e financeira, conforme plano geral do diretor do I. N. E. P. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais está realizando, dentre outros, os seguintes trabalhos e estudos: levantamento dos sistemas educacionais dos Estados de São Paulo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Amazonas, Pará e Territórios da Amazônia; a escola elementar brasileira e seu magistério; educação e mobilidade social em São Paulo; relações de raças no Brasil Meridional; práticas escolares nas escolas primárias de Santa Catarina; relações entre o processo de socialização e a estrutura da comunidade em Itapetininga, Estado de São Paulo; indicações sobre o processo educativo, fornecidas pelos estudos de comunidade; estudo sobre uma escola primária e suas relações com seu bairro e vizinhança; levantamento das instituições e pessoas dedicadas a pesquisas educacionais no Brasil; estrutura social da escola; estratificação social no Brasil; organização de um livro-fonte sobre a civilização brasileira;

estudo básico para a delimitação das regiões culturais no Brasil; estudo sobre estereótipos na literatura brasileira; didática das ciências sociais; inquérito sobre a situação social e profissional do magistério brasileiro; os programas e os compêndios de história do ensino secundário no Brasil.

2. *Lei fundamental da educação nacional* — Continua em discussão no Congresso o projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional, prevista pela Constituição Federal.
3. *Política administrativa: educação para o desenvolvimento* — A mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional por ocasião da reabertura da sessão legislativa, em 15 de março do corrente ano, no capítulo da Educação, Ciência e Cultura, tem como linha dominante a política administrativa baseada na *educação para o desenvolvimento*, tendo em vista o crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País, que passa por intenso ritmo de industrialização. As recomendações do Senhor Presidente da República são no sentido de que se dê toda ênfase à difusão do ensino técnico, promovendo-se, inclusive, a reestrutura nos cursos de estudos dos três níveis de ensino, visando não só a melhor articulação vertical e horizontal nos vários ramos de ensino, mas, principalmente, à modificação dos currículos, objetivando ensejar maiores oportunidades à formação de técnicos dos graus médio e superior, como o está a exigir a época de rápida expansão tecnológica por que passa o Brasil.

Em consonância com essa orientação, está o governo executando um programa intensivo de inovações no campo da educação nacional, do qual se destacam: ampliação da rede escolar oficial e particular, com o emprego de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros, sendo que só para o ensino industrial se destinarão 260 milhões de cruzeiros, manutenção da rede escolar com cerca de 3 bilhões de cruzeiros, independentemente daquela importância especial; aperfeiçoamento de professores dos diversos níveis; ampliação da escola primária a seis anos de estudo, em cooperação com as Unidades Federativas, empregando no corrente ano 100 (cem) milhões de cruzeiros; concessão de bolsas a estudantes destinados às Escolas de Engenharia, visando a estimular a formação de engenheiros para as tarefas do desenvolvimento econômico, reclamados pelo País.

4. *Inspeção regional do ensino comercial* — Da mesma forma que a inspeção do ensino secundário se vem tornando mais descentralizada, com a instalação de inspetorias Seccionais em diferentes Estados Brasileiros, também no ensino comercial, cujo controle compete ao governo federal, o serviço da

inspeção vem sendo feito, a partir de 1955, pelo regime de Comissões Regionais de Coordenação Técnica, constituídas de inspetores do ensino comercial. Mensalmente o presidente de cada Comissão Regional encaminha relatório de seus trabalhos à Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura.

5. *Reorganização administrativa do ensino industrial* — Encontra-se no Congresso, enviado pelo Poder Executivo, projeto de lei que dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial. O espírito que domina o Projeto é o da descentralização educacional, flexível, ajustável à realidade do mercado de mão-de-obra e do grau de desenvolvimento fabril de cada região, mediante a constituição de conselhos representativos da comunidade, que terão a incumbência de presidir à vida administrativa de cada escola; seus integrantes serão homens da indústria local, representando a parcela da comunidade mais interessada no êxito das escolas. A Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura terá a função de propor ao Governo a distribuição dos fundos federais para a manutenção das escolas e a aprovação do currículo e as diretrizes gerais quanto ao seu funcionamento, agindo ainda como órgão de assistência e de enriquecimento da parte didática, preparando, para tanto, material destinado às classes e às oficinas, sugestões a planos de cursos e provas de medida do rendimento escolar, além do aperfeiçoamento de pessoal docente e administrativo.
6. *Empresas particulares e o ensino primário* — Em fins de 1955, o Presidente da República remeteu ao Legislativo anteprojeto de lei regulamentando inciso constitucional que obriga as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes. O projeto estabelece as condições a que ficarão sujeitas tais empresas, fixando, inclusive, multa para as que deixarem de cumprir dispositivos legais.
7. *Reforma administrativa da educação no Estado de Goiás* — O Governo do Estado de Goiás, com a assistência técnica do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, promoveu os estudos necessários para encaminhar à Assembléia Legislativa Estadual importante anteprojeto de lei orgânica da educação e cultura daquela Unidade Federativa. A linha dominante da reforma é a da descentralização administrativa, estando nela previsto: o Estado organizará um sistema contínuo e progressivo de escolas públicas dos três graus, além de escolas de ensino supletivo e de educação

especial; o planejamento e o controle dos serviços administrativos da educação e cultura incumbem a um Departamento Estadual, com autonomia técnica, administrativa e financeira, o qual é constituído por Conselho Estadual, de poder deliberativo, e por um Diretor de Educação e Cultura, de poder executivo; o Conselho Estadual prevê a organização de todas as instituições de educação e de extensão cultural; os Conselhos Municipais criam as escolas elementares e admitem os respectivos professores dentro de cada município; a formação dos professores primários é da competência do Estado; ficam instituídos os Fundos Municipais e o Fundo Estadual de Educação, que terão por base o mínimo constitucional de 20% da renda resultante da arrecadação dos impostos municipais e estaduais, respectivamente.

- b) *Financiamento do ensino: 1) total do orçamento do Ministério da Educação em 1957 ou em 1956-1957 e, se esta cifra fôr conhecida, o montante global das despesas que tiveram com a educação as administrações federal, estaduais e municipais; 2) aumento das dotações orçamentárias do Ministério da Educação em relação com o ano anterior; 3) percentagem deste aumento ou desta diminuição.*

1. De acordo com a Constituição Brasileira, a responsabilidade pelas despesas com os sistemas de educação pública, no País, se reparte entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e as Administrações Municipais, proporcionalmente à arrecadação dos recursos provenientes dos impostos, assim: a União aplicará anualmente nunca menos de dez por cento, e os Estados, os Municípios e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos.

Com referência a 1956, tendo em vista os dados dos orçamentos, as despesas públicas realizadas com o ensino pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assim se distribuíram:

<i>Despesas públicas realizadas</i>				
<i>(Cr\$ 1000 000)</i>				
Ano	Total	União	Estados e D. Federal	Municípios
1956	185 809	107 028	63 401	15 380
<i>Despesas públicas realizadas com o ensino*</i>				
<i>(Cr\$ 1000 000)</i>				
1956	14 065	4 557	8 366	1142

* Exclusive despesas com o Ensino Militar.

% das despesas públicas com o Ensino
sobre o total da despesa realizada

1956	7,56	4,26	13,19	7,42
------	------	------	-------	------

Cotejando-se os índices das despesas com o ensino em 1955 e 1956, temos:

Ano	(Cr\$ 1000)		
	União	Estados e D. Federal	Municípios
1955	3 317 844	8 399 430	791599
1956	4 557 547	8 366 320	1141972

Considerando-se as despesas efetuadas com o ensino, à base da receita arrecadada com os impostos pelas três órbitas de governo-União, Estados e Municípios, foram as seguintes as percentagem nos anos de 1955 e 1956:

Ano	União	Estados e D. Federal	Municípios
1955	6,9%	23,0%	15,1%
1956	7,3	19,4	—

As despesas públicas pelos três graus de ensino tiveram a seguinte distribuição em 1956:

DESPESAS PUBLICAS COM O ENSINO

'Valores deflacionados pelo índice de Preços da F.G.V. — 1948 = 100)

Ano	Total	(Cr\$ 1 000)		
		União	Estados e D. Federal	Municípios
<i>Elementar</i>				
1956	1 987 456	150 366	1 518 786	318 304
<i>Médio</i>				
1956	1 414 661	408 246	955 074	51 341
<i>Superior</i>				
1956	1 194 561	930 816	260 198	3 547
<i>Todos os graus</i>				
1956	4 596 678	1 489 394	2 734 091	373 193

O orçamento do Ministério da Educação e Cultura consigna dotações especiais para *ensino* e outras para *cultura*. Com referência apenas ao ensino, as dotações orçamentárias do Ministério foram as seguintes:

para 1955.	Cr\$ 3 798 475 750,00
para 1956.	Cr\$ 4 245 106 840,00
para 1957.	Cr\$ 6 278 393 142,00

Verificou-se, assim, de 1956 para 1957, um aumento de 50%.

Esclareça-se que não é somente o Ministério da Educação e Cultura que destina dotações para o ensino. Outros Ministérios, tais como o da Agricultura e os das Forças Armadas, consignam verbas para o ensino, seja agrícola e militar. Do mesmo modo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm orçamentos próprios de que constam dotações para o ensino.

- c) *Medidas tomadas e resultados obtidos, durante o ano, em relação com os resultados do ano findo, para atender às necessidades mais urgentes em matéria de construções escolares. Se possível, percentagem de aumento ou diminuição do número de salas de aulas construídas para o ensino primário e secundário.*
1. Além da ação dos governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, prossegue o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no plano de construções escolares para ampliação e melhoria da rede escolar primária, utilizando, para tal fim, 70% dos recursos financeiros provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário, bem como de recursos especificamente consignados a esse Instituto para construção e reconstrução de escolas primárias e normais nas áreas carentes. Os auxílios federais são concedidos aos Estado e Municípios mediante acordos assinados com o Ministério. Em 1956 foram construídos, com recursos dessa fonte, 21 escolas normais (obras de grande vulto), 86 grupos escolares (em média 5 salas de aula e residência para a diretora) e 275 escolas primárias rurais (1 sala de aula, recreio coberto e residência para o professor). No corrente ano, prosseguem as obras de 26 escolas normais, 140 grupos escolares e 367 escolas rurais. De 1946 a 1956, foram construídos 644 grupos escolares e 6 579 escolas rurais que totalizam 9 983 salas de aula. Com recursos provenientes de outras fontes têm-se realizado obras de construção, ampliação e reconstrução de prédios para estabelecimentos de ensino dos níveis médio e superior.

II. DESENVOLVIMENTO QUANTITATIVO DO ENSINO

Considerações sobre o sentido do desenvolvimento quantitativo dos diversos graus do ensino (pré-escolar, primário, técnico e profissional, superior, normal) com, se possível, indicações precisas, para cada um desses graus, sobre:

- a) *a última cifra conhecida dos quadros efetivos de professores e alunos, com indicação do ano correspondente;*

- b) *aumento ou diminuição em relação ao ano anterior;*
 c) *percentagem de aumento ou diminuição.*
1. Continua a se verificar o desenvolvimento quantitativo do ensino brasileiro, em todos os ramos dos três níveis, sendo que os maiores progressos ocorrem nos ensinos de grau médio, em decorrência da grande expansão do ensino "secundário", comum, de caráter acadêmico, seguido do ensino "comercial", os quais são de baixa manutenção, sendo explorados em alta percentagem (mais de 80%) por particulares, seguidos pelo ensino "normal", destinado à preparação do professor primário. Os ensinos "técnico industrial" e "agronômico", porque de manutenção mais dispendiosa, são custeados quase que exclusivamente pelo poder público. De igual modo, o ensino primário é mantido, na sua quase totalidade, pelos governos estaduais e municipais; é reduzidíssima a presença da iniciativa particular neste grau de ensino. Muito embora os grandes esforços empreendidos pelas três órbitas do poder público — federal, estadual e municipal, — para a ampliação da rede escolar primária no País, estamos, quanto a escolas e professoras, aquém de nossas necessidades.

O ensino superior continua em ascensão, não, porém, ainda capaz de suprir as necessidades nacionais, especialmente quanto à formação de técnicos, como o exige o desenvolvimento da estrutura econômica do Brasil.

As nossas deficiências maiores residem na falta de prédios para instalar novas escolas primárias, e de professores com preparação adequada para o ensino primário, além de insuficiência de técnicos qualificados para os quadros médios da indústria, e, igualmente, de especialistas de nível superior reclamados para as tarefas de desenvolvimento econômico e científico do País.

Os números seguintes retratam o movimento estatístico da educação nacional nos dois anos precedentes:

	1955*		1956*	
	Alunos	Profs.	Alunos	Profs.
<i>Nível elementar</i>				
1. ens. primário	4 546 800	142 624	4 941 986	151 793
<i>Nível médio</i>				
1. ens. secundário	579 781	39 504	619 019	41 601
2. ens. comercial	113 824	9 804	123 635	10 556
3. ens. normal	67 217	10 753	60 851	9 116
4. ens. industrial	18 661	5 031	19 751	5 931
5. ens. agrícola	1 156	361	3 008	546
<i>Nível superior</i>				
Todos os ensinos	72 652	10 276	78 659	11 245-

* Dados relativos ao 1º mês letivo do ano.

Não figuram no quadro precedente informações estatísticas relativas ao ensino primário destinado a adultos, de que cuidam as Administrações estaduais e municipais, além da Campanha Nacional de Educação de Adultos, do Ministério, a qual, em 1956, fêz funcionar 10 322 cursos que foram freqüentados por 63 947 alunos. A mesma Campanha manteve, naquele ano, 83 centros de iniciação profissional, em que se matricularam 40 058 alunos.

III. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E ESTRUTURA DO ENSINO

Reformas ou regulamentações ocorridas durante o ano 1956-1957 na estrutura de cada um dos diversos graus do ensino:

- a) *alterações quanto à duração da escolaridade obrigatória e quanto à gratuidade do ensino;*
- b) *aumento ou diminuição do número de anos de estudo nos diferentes tipos de escolas;*
- c) *modificação do número de ciclos ou seções que existem em determinadas formas de ensino;*
- d) *criação de novos tipos de estabelecimentos escolares ou de novos cursos que preparem para atividades ou diplomas que não existiam antes.*

1. *Ampliação do curso primário* — O Ministério da Educação e Cultura desenvolve, no momento, uma campanha para a ampliação do curso da escola primária que, na maioria dos Estados da Federação, é de quatro anos ou séries (poucas Unidades mantêm escola primária de 5 anos) para 6 anos de estudos, pretendendo dar-lhe o sentido de escola de formação para o trabalho, mediante a instalação, em cada escola, de uma oficina para as variadas atividades de iniciação profissional. A 5.^a e a 6.^a séries dessas escolas terão quatro horas diárias de estudos em classe e duas de freqüência às oficinas, onde as crianças se iniciarão em trabalhos manuais educativos em metal, cartolina, madeira, plástico, gesso, barro, fibras e outros materiais locais, sendo assegurada aos alunos uma refeição diária nas próprias escolas.

O Ministério consagrou a esse objetivo, no atual exercício de 1957, cem milhões de cruzeiros, a serem empregados na instalação de oficinas anexas a grupos escolares das cidades de mais de dez mil habitantes, e preparação de professores, mediante convênios a serem firmados com as Administrações estaduais.

Para que haja articulação entre o ensino primário, assim ampliado, e os cursos médios, há o propósito de se

estudar a possibilidade de os alunos, que terminarem a 6.^a série primária, serem admitidos, mediante exame, à 3.^a série dos cursos de nível médio.

2. *Estrutura e articulação dos ensinios dos três graus* — Pretendendo promover melhor articulação entre os diferentes cursos de ensino elementar, médio e superior, e rever a estrutura dos currículos nos três níveis, o Senhor Ministro da Educação e Cultura constituiu três comissões que ora se ocupam desses estudos para a reforma desejada nos quadros gerais da educação escolar brasileira, tendo em vista especialmente a política administrativa da "educação para o desenvolvimento", preconizada pelo Presidente da República, e que recebeu o apoio dos maiores educadores brasileiros, e também da "Associação Brasileira de Educação", que congrega os legítimos líderes da educação do País.
3. *Ensino médico* — Uma comissão especial designada pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura elaborou anteprojeto da reforma do ensino médico, o qual está sendo estudado por todas as Faculdades de Medicina do País. O estudo prevê: a simplificação do currículo, a transformação do último ano em internato para treinamento dos estudantes nas disciplinas essenciais à prática médica, a modificação do sistema de promoção de alunos, a criação de licenciatura em especialidades médicas, a integração dos licenciados na organização docente das Faculdades, e a criação de cursos de pós-graduação.
4. *Ensino de Música* — O Senhor Ministro da Educação e Cultura incumbiu uma Comissão de estudar a reforma do ensino de música. O plano apresentado prevê para essa modalidade de ensino um curso fundamental, de 4 anos de estudos, com 11 disciplinas; cursos técnico-profissionais, em três anos; e curso de formação do professor e do virtuoso, em quatro anos.
5. *Promoção automática no curso primário* — Interessado na expansão e melhoria do ensino primário, prevê o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a divulgação das bases para uma tentativa de substituição do atual exame seletivo para a promoção de série, pelo critério da *promoção automática*, atendida a matrícula por idade cronológica, série a série, na escola primária, até 12 e 13 anos. Essa providência, que elimina a repetência, objetiva reduzir grandemente a evasão escolar e propiciar mais vagas nas atuais escolas para novos candidatos.
6. *Cursos para a formação de geólogos* — Com base em estudos elaborados por uma comissão de técnicos do Ministério

da Educação e Cultura, iniciou o governo, no corrente ano, a organização de cursos especiais de geologia, de 4 anos de estudos, em Universidades das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife.

7. *Cursos de aperfeiçoamento de pesquisadores sociais* — O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, está realizando no Rio de Janeiro um curso de Pesquisadores Sociais, de dois anos de duração, destinado a proporcionar a diplomados em cursos universitários de Ciências Sociais, ou a pessoas de preparo equivalente, formação complementar e treinamento prático que os capacite a iniciarem carreira de pesquisadores ou de especialistas na utilização de recursos científicos no tratamento de problemas sócio-culturais.

IV. PLANOS DE ESTUDOS, PROGRAMAS E MÉTODOS

- a) *Reformas dos planos de estudos: 1) matérias acrescentadas ou suprimidas dos planos de estudos dos diversos graus de ensino; 2) matérias que, durante o ano findo, deram margem a uma alteração do número de horas que lhe é dedicado nos horários (intensificação ou diminuição da importância que lhes é concedida nos planos de estudos);*
- li) *reformas de programas: disciplinas cuja modificação de conteúdo exigiu uma revisão dos programas, durante o ano findo;*
- c) *reformas didáticas: disposições adotadas, durante o ano findo, a propósito do emprego de novos métodos ou técnicas de ensino;*
- d) *novos livros de textos.*
1. *Aperfeiçoamento do livro didático* — Prosseguem os trabalhos da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino, que visa a fazer chegar às mãos dos professores, guias ou manuais preparados especialmente para sua orientação no ensino primário e médio. Cumprindo este programa, a Campanha já editou e distribuiu uma colocação de guias para o ensino primário de linguagem, estudos sociais, ciências naturais, música, matemática, jogos infantis, e outros, para o ensino de álgebra, ciências naturais, história geral e trigonometria. Estão sendo impressas traduções de duas obras de ciências e de física para o ensino médio, além do preparo de livros-fonte e livros-texto para escolas secundárias.

2. *Livro escolar e material de ensino* — O Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Campanha Nacional de Material de Ensino, instituída em 1956, tem procurado facilitar a produção e a distribuição do material escolar e didático a preços de custo, bem como a sua padronização, o que em muito influirá na solução do problema. Já existem postos de distribuição no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, João Pessoa, Natal, Juiz de Fora, Guaxupé, Itapetininga, Campinas, São José do Rio Preto e Fortaleza. Dentro do plano de difusão e barateamento do livro em geral, a Campanha fará instalar na sede do Ministério uma feira permanente, onde estará em exposição o material de ensino disponível no mercado, inclusive projetores e conjuntos de laboratórios.
3. *Escola primária experimental* — A contar de 1955, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura vem fazendo funcionar no Rio de Janeiro uma escola de demonstração de educação progressiva que visa a: a) servir de campo de observação para professores e orientadores do ensino primário, em estágio de aperfeiçoamento; b) realizar, em profundidade, estudos sobre educação primária; c) proporcionar aos alunos que a freqüentam uma educação primária completa e adequada às condições das crianças e às exigências sociais e humanas. Essa escola dispõe de um serviço de psicologia e conta com orientadores de série e atividades como Música, Recreação e Trabalho. Emprega-se ali o Método de Projetos e funciona em regime de turno único, de seis horas diárias, com almoço na própria escola. Nela fazem estágio professores primários procedentes de vários Estados brasileiros, que, de volta, já estão trabalhando em escolas do mesmo tipo. Nos mesmos moldes já funciona outra escola no Estado de Pernambuco.
4. *Escola-parque* — No Estado da Bahia está sendo desenvolvido um plano de escolas experimentais de dois tipos: "escola-classe", para demonstração de métodos e recursos modernos de ensino e de material didático e uma "escola de artes industriais". Representa parte de um plano que assegura à criança, além da preparação intelectual feita em "escolas-classe", o desenvolvimento artístico, físico, recreativo e de trabalho, realizando numa rede de instituições ligadas entre si: biblioteca, auditório, ginásio, escola de artes industriais. Nesta última, crianças de dez a quatorze anos são orientadas em atividades como tecelagem, tapeçaria, modelagem, trabalhos em couro, encadernação, trabalhos em madeira, cestaria, trabalhos em metal, costura, cartonagem,

trabalhos de lã e bordado, como atividade de iniciação ao trabalho.

5. *Novas técnicas no ensino comercial* — Por intermédio da Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial, vem-se realizando a difusão dos processos audiovisuais, a divulgação de filmes que tratam de métodos de ensino e de organização racional, e também a experimentação de um sistema funcional de aprendizagem pelo qual são articuladas várias disciplinas de cada série e do qual participam todos os professores da escola, coordenados por um orientador geral, responsável pelo chamado "escritório-mo-dêlo", em que se converte a classe, com a organização de empresas fictícias.

V. CORPO DOCENTE

- a) *modificações efetuadas, durante o ano findo, no sistema de formação (estrutura, duração dos estudos, planos de estudos, programas, etc.) e de aperfeiçoamento do magistério dos diferentes graus de ensino;*
 - b) *modificações efetuadas no estatuto e na situação do corpo docente dos diferentes graus.*
1. *Formação e aperfeiçoamento de professores*

- i) *No grau elementar* — Além das medidas que em cada Unidade Federativa são postas em execução, pretendendo melhor qualificação do magistério primário e das escolas normais, a cargo das Administrações Estaduais, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos desenvolve há vários anos intenso programa de aperfeiçoamento do professorado e do pessoal técnico dos ensinos primário e normal dos Estados, mediante cursos, seminários e estágios, tendo sido beneficiados, como bolsistas, em 1956, cerca de quinhentos professores.

O Estado do Rio Grande do Sul promoveu radical *reforma no plano de preparação do professor primário*, consubstanciada nos seguintes pontos: a) modificação do regime escolar, substituindo a unidade letiva manual para semestral, permitindo término e início dos cursos, matrícula e promoção duas vezes ao ano; b) substituição do sistema de seriação de disciplinas que integram os currículos por cursos que constituem problemas reais da vida, sob a forma de unidades de

estudo, independentes; c) distribuição dos cursos, conforme a afinidade dos problemas, em divisões e departamentos que constituem a estrutura do ensino normal em três tipos de escolas; d) existência de cursos obrigatórios, propedêuticos e eletivos, conforme o tipo da escola; e) revisão periódica das unidades de estudos, para atualização dos currículos; f) articulação entre os cursos oferecidos nas três modalidades de escola.

- ii) *No grau médio* — Quanto ao ensino comercial, mantém o Ministério da Educação e Cultura a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial, que realiza cursos de formação e aperfeiçoamento para professores, estágios e seminários para coordenadores e inspetores, cursos de orientação para diretores e secretários, missões técnicas e pedagógicas destinadas às escolas mais afastadas.

Igualmente, a Diretoria do Ensino Industrial, em conjugação com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, tem promovido o aperfeiçoamento e a especialização do pessoal docente, mediante cursos e estágios especiais no País e no estrangeiro.

No que se refere à educação física e canto orfeônico, várias Administrações Estaduais realizaram cursos de formação e aperfeiçoamento para o magistério oficial, além de vários cursos intensivos de preparação de professores promovidos, em 1956, em diversas cidades brasileiras, pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Da mesma forma, a Diretoria do Ensino Secundário, por intermédio da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, realiza estágios e cursos de informação e aperfeiçoamento destinados a diretores, orientadores e professores, especialmente nas cidades de Nova Friburgo, Porto Alegre e São José dos Campos. Com o mesmo objetivo, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo promoveu no início do corrente ano (férias de verão no Brasil) 35 cursos de férias para professores primários e secundários.

- iii) *No nível superior* — Destinada a suprir as deficiências de nossas escolas superiores, em face das exigências do crescimento social e econômico do País, e exercendo suas atividades em estreita colaboração com entidades universitárias e científicas, nacionais e estrangeiras, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Ensino Superior (CAPES) tomou em 1956, dentre outras, as seguintes providências: a) contrato de professores estrangeiros e de assistentes nacionais, para programas de ensino e pesquisa em centros de nível superior ou de investigação científica; b) cooperação no desenvolvimento de 10 centros brasileiros de aperfeiçoamento pós-universitário, nos quais, entre outros profissionais qualificados, 64 professores e assistentes universitários, procedentes de 14 Estados, realizaram cursos e estágios, como bolsistas; c) concessão de bolsas ou auxílios para cursos e estágios, em universidades e centros técnicos ou científicos estrangeiros, a 33 professores e assistentes de escolas superiores brasileiras; d) concessão de 29 bolsas de formação e 145 bolsas para cursos ou estágios de aperfeiçoamento pós-graduado, em centros universitários, científicos ou tecnológicos do País; concessão de 94 bolsas de estudo e auxílios para cursos e estágios de aperfeiçoamento pós-graduado no exterior.

2. *Reivindicação de melhor remuneração* — Em quase todos os Estados brasileiros têm ocorrido nos últimos anos movimentos de classe, inclusive greves, por parte de professores de ensino primário e de nível médio, pleiteando melhoria de remuneração.

VI. SERVIÇOS AUXILIARES E EXTRA-ESCOLARES

Inovações introduzidas nos setores da proteção sanitária ou do desenvolvimento físico dos estudantes, da psicologia escolar, da educação das crianças deficientes, da educação popular, das atividades extra-escolares, etc.

1. *Merenda escolar* — Independentemente da ação dos Estados e Municípios, vem o Ministério da Educação e Cultura realizando intenso trabalho junto às administrações públicas e entidades privadas no sentido de ser proporcionada ou facilitada a alimentação ao escolar.

Com esse objetivo, vem o Ministério prestando assistência técnica e financeira, mediante a assinatura de convênios próprios. Em 1956 a Campanha Nacional de Merenda Escolar levou os seus benefícios a 1 026 000 crianças. Para o atual exercício de 1957 foi elevada de dez milhões para trinta e cinco milhões a dotação para esse fim, e foi instituído um Fundo Especial, o que permitirá

à Campanha maior mobilidade na aplicação dos seus recursos.

Alimentação ao estudante — Em 1956 funcionaram doze restaurantes destinados a universitários, além do Restaurante Central dos Estudantes, na Capital do País, o qual naquele ano forneceu oitocentas mil refeições a estudantes de nível médio e superior.

Campos e colônias de férias — Seis Unidades Federativas brasileiras fazem funcionar todos os anos "colônias de férias" para crianças das escolas primárias, localizando-as na montanha e em praias.

Centros de educação física — A partir de 1956, vem o Ministério da Educação e Cultura tomando providências que visam à conjugação de esforços e recursos financeiros dos governos federal, estaduais e municipais e entidades particulares, preconização e instalação de "Centros de Educação Física", onde é autorizada e controlada a prática das atividades de educação física por parte dos alunos dos estabelecimentos de ensino de nível médio, oficiais ou fiscalizados pelo poder público. A medida generaliza as possibilidades de educação física para os jovens em locais adequados, sem as limitações das instalações escolares, interessando, por outro lado, a toda a comunidade em que se instalem.

Educação da juventude — O Governo Federal prestou apoio moral e financeiro a numerosas associações estudantinas para a realização de seminários, congressos e exposições, e promoveu, por outro lado, cursos, conferências, espetáculos teatrais, exposições e concertos musicais para a juventude. Além da Orquestra Sinfônica Brasileira, que conta, no corrente exercício, com a dotação de oito milhões de cruzeiros, foram concedidos pelo Ministério da Educação, em 1956, auxílios no montante de cerca de dois milhões de cruzeiros a várias orquestras sinfônicas.

Educação popular nas áreas rurais — Por intermédio da Campanha Nacional de Educação Rural do Ministério da Educação e Cultura, realizaram-se em 1956 cursos de treinamento de professores rurais, missões rurais, centros de treinamento de cooperativas, centros sociais de comunidade, centros de orientação de líderes locais e centros de treinamento de educadores de base.

Bibliotecas escolares — Dando cumprimento ao programa de auxílio a bibliotecas escolares, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos distribuiu em 1956 coleções de obras

pedagógicas, didáticas, de literatura infantil e cultura geral, totalizando 86 402 obras.

8. *Educação de jovens deficientes* — Além das instituições oficiais e particulares existentes, o Ministério da Educação e Cultura programou firmar convênios com as Administrações estaduais visando à criação de novas unidades que preencham, em cada Estado, as lacunas existentes.
9. *Educação agrícola de caráter popular* — Como elemento de divulgação popular do ensino agrônômico, realizaram-se 28 semanas ruralistas em 15 Estados da Federação, com um total de 798 aulas e demonstrações práticas para agricultores. De igual modo, registraram-se 2 541 clubes agrícolas em funcionamento no País.
10. *Educação Extra-Escolar*
 - i. *Biblioteca Nacional* — Possuindo já um acervo de 3 milhões de peças, incluídos manuscritos, estampas, periódicos e 1 234 339 livros, a Biblioteca Nacional promoveu em 1956 várias exposições e conferências e atendeu a 97 576 consulentes para o manuseio e estudo de 145 219 peças, além dos cursos de Biblioteconomia que realizou, dos múltiplos pedidos de orientação bibliográfica que atendeu, e da microfilmagem de documentos, pelas iconográficas e livros realizados.
 - ii. *Instituto Nacional do Livro* — Distribuiu mais de cem livros entre 7 161 bibliotecas ali registradas, lançou uma revista, instituiu a Semana Nacional do Livro, promoveu uma campanha pela criação de bibliotecas populares, mediante convênios com as Prefeituras Municipais, e fêz publicar diversas obras.
 - iii. *Enciclopédia Brasileira* — Foi em 1956 elaborado o plano geral para a estruturação da Enciclopédia Brasileira que objetivará atender às necessidades culturais do estudante brasileiro ou das pessoas de nível de cultura superior.
 - iv. *Serviço de Documentação* — Este órgão do Ministério da Educação e Cultura fêz editar e entregou ao público cerca de 150 mil exemplares de publicações diversas.
 - v. *Radiodifusão educativa* — Desenvolveu largo programa de realizações a Radiodifusão Educativa do Ministério, estando planejado para o corrente ano de 1957 início da montagem da emissora de televisão,

do mesmo modo que a instalação do Festival da Música Brasileira.

- vi. *Cinema educativo* — Dentre muitas realizações do Instituto Nacional de Cinema Educativo, destacam-se os entendimentos desse órgão federal com as Administrações estaduais com o objetivo de se instituírem filmotecas, a organização de coleções de filmes didáticos e a concessão de estágios a professores e técnicos dos Estados.

VII. CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS

/ Congresso Nacional de Museus

Promovido pela Comissão Brasileira do Conselho Internacional de Museus, realizou-se em julho de 1956, na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, o I Congresso de Museus, no qual se debateram assuntos subordinados aos seguintes temas: caráter, âmbito e objetivos dos museus; legislação federal, estadual e municipal sobre organização e assuntos atinentes a museus; sede e instalações; acervo; estudos e pesquisas; divulgação; pessoal; organização técnico-administrativa dos museus; cooperação (congressos internacionais, nacionais e regionais, associações nacionais e regionais, acordos).

1 Congresso Nacional sobre o Ensino de Ciências

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Cultura (IBECC), realizou-se em julho de 1956, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na cidade desse nome, o 1 Congresso Nacional sobre o Ensino de Ciências.

Seminário de Educação

O professor americano Edward Fitzpatrick fez no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, um Seminário de Educação, destinado a professoras, pesquisadores e estudantes de Faculdades de Filosofia, com o objetivo de lhes dar uma visão geral dos vários problemas enfrentados pela educação em todos os seus níveis.

XII Conferência Nacional de Educação

Promovida pela Associação Brasileira de Educação, realizou-se na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, entre 1.º c- 9 de julho do ano passado, a XII Conferência Nacional de Educação, que contou com a presença do Senhor Ministro da

Educação e Cultura, Secretários de Educação de vários Estados, grande número de educadores, diretores de diversos órgãos técnicos do Ministério, além de representantes da UNESCO e do OEA. Debateram-se ali três temas gerais: "Os processos da educação democrática nos diversos graus de ensino e na vida extra-escolar"; "Contribuição da escola à compreensão e utilização das descobertas científicas", e "A concepção atual do humanismo". Realizaram-se também mesas redondas sobre: "Problemas do ensino primário", "Problemas do ensino secundário" e "Pesquisa e planejamento em educação".

/ Congresso Estadual de Educação de São Paulo

Em setembro de 1956 realizou-se na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, o Primeiro Congresso Estadual de Educação, que contou com a presença de mais de trezentos professores e autoridades escolares, além de muitos observadores, que discutiram problemas relacionados com cinco temas gerais relativos a administração e organização da escola primária e da formação do professor primário.

Seminário de Professores Primários

Patrocinado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, realizou-se nos meses de janeiro a fevereiro do corrente ano o Seminário de Professores Primários, que contou com professores dos Estados de São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso, área da jurisdição daquele Centro.